



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI ORDINÁRIA Nº 2929/1992</b>		
Ementa <b>DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL AO CENTRO DE UMBANDA ESTRELA DE OXALÁ.</b>		
Data da Norma <b>16/12/1992</b>	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência <b>Revogada</b>		
Histórico de Alterações		
<b>Data da Norma</b> 16/12/2021	<b>Norma Relacionada</b> <a href="#">Lei Ordinária nº 7728/2021</a>	<b>Efeito da Norma Relacionada</b> Revogada pela



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 2.929 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1992

"Dispõe sobre a concessão de direito real de uso de imóvel do Patrimônio Público Municipal ao Centro de Umbanda Estrela de Oxalá".

O DR. CLAIN FERRARI, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante contrato, conceder ao Centro de Umbanda Estrela de Oxalá, o direito real de uso do terreno do Patrimônio Público Municipal localizado no Parque das Nações, em Indaiatuba, com as seguintes medidas e confrontações: mede 10,03m de frente para a Rua José Francisco Cecon, nos fundos mede 10,00m confrontando com a Fundituba Indústria Metalúrgica Ltda.; do lado esquerdo de quem da rua olha para o imóvel mede 41,92m confrontando com os lotes 17, 18, 19 e 20 e do lado direito de quem da rua olha para o imóvel mede 41,14m confrontando com o lote 15, com uma área de 415,30m<sup>2</sup> (quatrocentos e quinze metros quadrados e trinta decímetros quadrados).

Art. 2º - A concessão de direito real de uso do imóvel a que se refere o artigo anterior vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Art. 3º - A concessionária ficará obrigada, no uso do imóvel a que se refere o art. 1º, a:

I - destiná-lo, exclusivamente, a fins assistenciais, recreativos e culturais;

II - construir uma sede social de, no mínimo, 100m<sup>2</sup> (cem metros quadrados), iniciando-a no prazo de 6(seis) meses e concluindo-a no prazo de 2 (dois) anos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 4º - A concessão de uso de que trata esta lei, ficará automaticamente revogada, sujeitando-se a concessionária à devolução da posse o imóvel com as benfeitorias nele construídas, sem direito a qualquer retenção ou indenização, nos casos de:

I - não cumprimento da obrigação prevista no art. 3º desta lei;

II - dissolução da concessionária; e

III - uso do imóvel para fins lucrativos ou, mediante discriminação de sexo, raça, trabalho, credo religioso ou convicções políticas.

Art. 5º - Fica dispensada a realização de concorrência pública para a concessão de uso de que trata esta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba,  
aos 16 de dezembro de 1992.

  
DR. CLAIN FERRARI  
PREFEITO MUNICIPAL